

ENTREVISTA COM MARIA DULCE DE FARIA

AN INTERVIEW WITH MARIA DULCE DE FARIA



Maria Dulce de Faria, à direita, foi aluna da professora Isa Adonias em curso de cartografia, em 1981, no Arquivo Nacional.

Maria Dulce de Faria, servidora da Biblioteca Nacional há 34 anos, é atualmente a chefe da Cartografia, da Coordenadoria de Acervo Especial, que pertence ao Centro de Coleções e Serviços aos Leitores da Fundação Biblioteca Nacional. Sua formação foi na Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da Unirio e na Faculdade de História da Universidade Santa Úrsula.

Acervo. *Conte-nos um pouco sobre sua formação acadêmica.*

Maria Dulce. Eu comecei fazendo a Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, na antiga Fefieg, atual Unirio. Iniciei em 1972 e concluí em 1974. Naquela época eram três anos. A Faculdade funcionava no porão da Biblioteca Nacional. No segundo semestre de 1973, foi transferida para o Bairro de Fátima e, mais tarde, para a Urca, na av. Pasteur n. 458. O porão da Biblioteca Nacional atualmente é o Espaço Cultural Eliseu Visconti. Fiz o meu primeiro estágio na Faculdade de Letras da UFRJ, em 1973, por seis meses. A Faculdade de Letras da UFRJ foi criada em 1968, sendo desmembrada da antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, que funcionava no prédio do Consulado da Itália, na av. Presidente Antônio Carlos n. 40. A partir dessa data, a Faculdade de Letras se instalou no pavilhão que abrigara a Exposição Portuguesa, em 1970, e já contava com uma biblioteca com acervo de setenta mil volumes, localizada na esquina da av. Chile com a rua do Lavradio. Em 1985, foi transferida para o Campus Universitário da Ilha do Fundão. Depois, fui trabalhar na Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas como auxiliar de biblioteca, em novembro de 1973. Como tinha feito concurso para auxiliar de documentação para o IBGE, fui chamada em agosto de 1974. Saí no final de 1976, quando fiz o curso *lato sensu* de documentação científica no Ibict, em 1977, que tinha convênio na época com a UFRJ. Acho que agora tem convênio com a UFF.

Acervo. *Agora voltou a ser com a UFRJ.*

Maria Dulce. É, agora tem outro nome, mas, na época, era curso *lato sensu* de documentação científica. Depois, fui trabalhar na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). O sistema era completamente diferente e eu era bolsista. O meu contrato foi de dois anos. Terminado o contrato, fui trabalhar na Mapoteca do Itamaraty com a Isa Adonias, onde comecei a lidar com os mapas. Nessa época, Isa Adonias fazia levantamento dos mapas sobre o Brasil, que faziam parte da obra *Portugaliae monumenta cartographica*, e eu colaborava nesse levantamento. Ela seguia as normas de catalogação e classificação da obra intitulada *The classification and cataloging of maps*, publicada em Nova Iorque, pela Special Libraries Association, em 1945. Essa publicação é decorrente de um estudo desenvolvido pelo geógrafo Samuel W. Boggs e pela *map librarian* (cartotecária ou mapotecária) Dorothy Cornwell Lewis, que agora está ultrapassado. Esse sistema difere das posições dos campos do Código Anglo-Americano, e conseqüentemente do Marc. Como esse código era usado somente na Mapoteca do Itamaraty e lá o sistema ainda era de fichas catalográficas datilografadas, ele atendia às necessidades da Mapoteca. A Biblioteca Nacional também possui esse código. Embora seja ultrapassado ele é bom por ser também didático. O código do Boggs, como é conhecido, inclui definições técnicas de termos de cartografia. Fiquei lá na Mapoteca do Itamaraty um ano e três meses, quando, então, fui para a Biblioteca Nacional.

Acervo. *É exatamente nesse momento, quando você vai para o Itamaraty, que começa o seu envolvimento com os mapas, com a cartografia? E o IBGE nisso?*

Maria Dulce. Trabalhei em uma pequena biblioteca do Centro de Estudos Demográficos do IBGE e não tinha nada a ver com mapas, quer dizer, cartografia. Comecei a trabalhar com mapas históricos no Itamaraty, de 4 de janeiro de 1981 até 19 de abril de 1982, quando entrei para a Biblioteca Nacional e fiquei lotada na Divisão de Iconografia, onde estava o acervo cartográfico, junto com acervos de gravuras, fotografias, desenhos artísticos e técnicos, plantas arquiteturais e obras sobre arte e arquitetura.

Acervo. *Mas você era servidora do Itamaraty?*

Maria Dulce. Não, era autônoma, ligada ao projeto Mapoteca do Itamaraty do Ministério das Relações Exteriores em convênio com a Associação dos Arquivistas Brasileiros. Entrei na Biblioteca Nacional também como autônoma. A partir de 1985, todos os autônomos de projetos da Biblioteca Nacional passaram a ser celetistas. No governo Collor, em dezembro de 1990, os celetistas das instituições públicas civis mudaram para o regime estatutário.

Acervo. *Você falou sobre o Itamaraty. Ali foi seu primeiro contato com a Isa?*

Maria Dulce. Não, meu contato com a Isa é desde que eu nasci. A Isa foi amiga de colégio da minha mãe, atualmente falecida. Elas estudaram no Colégio Sion, de Petrópolis. Foram muito amigas e a Isa tinha um carinho a mais por mim. Eu era mais rebeldezinha e ela ficava em cima de mim... Me fez fazer Faculdade de Biblioteconomia, fazer os trabalhos da faculdade

usando os mapas e atlas. Mais tarde, quando acabou meu contrato na CNEN, fui trabalhar com ela na Mapoteca do Itamaraty.

Acervo. *A Isa tinha formação em biblioteconomia?*

Maria Dulce. Não, ela tem formação em geografia e história pela Santa Úrsula. Trabalhou no IBGE e, depois, foi indicada para fazer o curso de história da cartografia, geografia das fronteiras do Brasil e mapoteconomia no Itamaraty, em 1944. Foi nesse curso que Isa conheceu Jaime Cortesão. Era um curso especializado de história da cartografia do Brasil e catalogação do acervo cartográfico. Os melhores alunos seriam aprovados para a Mapoteca do Itamaraty, o que fez jus a Isa Adonias. Ela concluiu o segundo volume do livro *História do Brasil nos velhos mapas*, devido à morte de Jaime Cortesão.

Acervo. *Foi um aprendizado muito grande com a Isa. O que você traz até hoje desse aprendizado?*

Maria Dulce. Bem, ela me ensinou primeiro como analisar o mapa, a definição dos termos técnicos cartográficos que se encontram no mapa: rosa dos ventos, escala, tronco de léguas, encartes, relevos, batimetria, medir mapas, globos, catalogação através do Código do Boggs, e os catálogos dela, que ela sempre deu para minha mãe. Eu tenho esses catálogos, só não tenho o do Rio de Janeiro. Comecei a estudar esses catálogos e achei interessante a descrição dos mapas, que é muito importante para facilitar a pesquisa. Quando comecei a trabalhar na Biblioteca Nacional, as fichas eram datilografadas e a funcionária não gostava de datilografar as minhas por eu fazer uma longa descrição, incluindo bibliografia. Aliás, quando entrei na Biblioteca Nacional, a catalogação do acervo cartográfico era uma mistura do Código do Boggs com o Código Anglo-Americano. Em 1982, tivemos uma reunião com a equipe do Centro de Processos Técnicos da Biblioteca Nacional e padronizamos a catalogação nos moldes do Código Anglo-Americano. Nós, da Divisão de Cartografia, estamos iniciando um manual de serviço e de processos técnicos de catalogação de acordo com as normas da Biblioteca Nacional. Sugeri incluirmos noções de cartografia, técnica de catalogação e fontes de referências bibliográficas e cartográficas que auxiliam na análise dos mapas. Muitos mapas, principalmente gravados, foram destacados de atlas e livros, e certas fontes de referência cartográfica completariam a identificação do documento cartográfico. Aliás, informamos estas fontes de referência ou outra obra que já tenha identificado o mapa nos registros catalográficos. Isso também acontece com mapas manuscritos. Às vezes, a Divisão tem cópia do original que acompanha o relatório, que está em outra instituição ou divisão.

Acervo. *Então, na verdade, você não teve uma formação específica em cartografia. Você começou a se treinar no próprio trabalho.*

Maria Dulce. Sim, no trabalho. A Isa Adonias ministrou um curso em 1981 para o pessoal do Arquivo Nacional. Nessa época, a diretora do Arquivo Nacional era a Celina Vargas do Amaral Peixoto. Participaram também funcionários da biblioteca do IBGE, Itamaraty e da Biblioteca Nacional.

Acervo. *Era a Yara Ferreira de Sousa que trabalhava, a Sonia Maria da Rocha Abreu...*

Maria Dulce. Marcus Vinícius Pereira Alves... ele fez esse curso. Lembro-me bem, ele já tinha entrado no Arquivo Nacional. É uma das poucas pessoas de quem me lembro.

Acervo. *Foi o curso que você fez também? Você começou com esse curso, e depois o resto foi treinamento. Mas, e além disso? Quer dizer, independente do seu caso pessoal. Naquela época, para começar a trabalhar na área de cartografia histórica, havia algum curso?*

Maria Dulce. Não, não. Havia aqueles cursos da Faculdade de Biblioteconomia, mas eram muito pouco dados, *en passant*. Depois vieram novos códigos de catalogação. Eu ia assistir os cursos do Código Anglo-Americano, segunda edição, para entender melhor as normas e os professores que ministravam as aulas ficavam inseguros quando davam a parte de materiais cartográficos por eu estar presente. Mas, foi uma troca de informações muito aproveitável: atualizei-me com as normas do código e orientava os professores na descrição dos mapas, como a importância de indicar a escala, a projeção e as coordenadas geográficas, até porque estão escritos nos mapas. Para mapas antigos é importante também informar os meridianos de origem, caso estejam indicados nos mapas, porque o meridiano de Greenwich só foi estabelecido em 1884. Antes existiam meridianos de diversos locais: Rio de Janeiro, Paris, Lisboa etc. Fiz também curso de técnicas de desenho, coloração e gravação, além de leitura de textos latinos. A Biblioteca Nacional contratava especialistas e, infelizmente, hoje isso não acontece. No caso de textos latinos, a professora Livia Lindoia Paes Barreto abriu um curso na UFF (2003-2005), para acadêmicos de outras áreas, e deu cinco vagas para as seguintes servidoras da Biblioteca Nacional, sem nenhum custo para a instituição: eu, Ângela Maria Torres Di Stásio, Vera Faillace (transferida para o Arquivo Nacional), Jane Maria Chermont e Marta Maria Duboc de Araújo Moore. Além disso, fiz o curso *lato sensu* de cultura, língua e literatura latina no Instituto de Letras da UFF, em Niterói, entre 2005 e 2007, pois tinha interesse em conhecer melhor os mapas e o atlas em língua latina, e ter uma ideia do conjunto das coleções cartográficas entre os séculos XV e XVIII e não somente ler as traduções.

Em suma, houve tentativa de um curso de formação de especialistas em acervos cartográficos históricos, realizado em 1944, e outro com o mesmo objetivo, curso de conhecimentos e informações sobre cartografia, em 1968. Nesse último curso, participaram professores como Isa Adonias (história da cartografia) e Manuel Maurício de Albuquerque (formação territorial do Brasil). Fora isso, o especialista em acervo cartográfico histórico terá que fazer cursos avulsos de geografia, história e cartografia, técnica de desenho, gravação e coloração, além de noções de latim, francês, alemão, holandês, arquivo, paleografia, obras raras e conhecimento forte em inglês.

Acervo. *A questão da projeção é interessante porque...*

Maria Dulce. Porque a projeção é a representação da superfície curva da esfera terrestre. Conforme a projeção, pode-se verificar as coordenadas geográficas. Verificam-se também as coordenadas geográficas pela projeção e pelo meridiano de origem, no caso das longitudes.

Todos esses elementos fazem parte da área de dados matemáticos nos códigos de catalogação. Se tiver a indicação da projeção por que não incluí-la? Se não tem, não sabemos, tudo bem, deixemos em branco até tomarmos conhecimento, mas se está lá no mapa, é importante acrescentá-la. Então, inserimos a projeção ou tentaremos identificá-la. A escala vem representada nos mapas antigos em forma gráfica com as medidas antigas (tronco de léguas, escala gráfica em braças, toesas etc.). Fazemos cálculos para escala numérica e os inserimos nos registros catalográficos. Quanto às coordenadas geográficas, estas são incluídas somente para as cartas sistemáticas, aquelas de um por um milhão, um por quinhentos mil, um por duzentos e cinquenta mil etc., que obedecem ao padrão internacional estabelecido pela Associação Cartográfica Internacional (International Cartographic Association – ICA).

Acervo. *Não seria interessante colocar o código de sistemática?*

Maria Dulce. A gente coloca o código também. É a localização que é diferente, mas o código a gente sempre coloca como série para recuperá-lo na base dos registros catalográficos.

Acervo. *Bom, falávamos sobre formação específica em cartografia histórica...*

Maria Dulce. Bem, esqueci-me de dizer que tive a oportunidade de assistir alguns cursos de curta duração do almirante Max Justo Guedes e conferências organizadas por ele. Nessas conferências, tive o prazer de conhecer grandes historiadores da cartografia internacional como Luís de Albuquerque (Portugal), Cornelis Koeman, que já morreram, e Günter Schilder, organizador da *Monumenta Cartographica Neerlandica*.

Além desses cursos, estudei muito. Comecei a pegar os livros da Divisão de Iconografia, na época. Havia uma assinatura da revista *Imago Mundi: the international journal of the History of Cartography*, que foi suspensa por não ter muita procura, segundo Lygia Cunha. É uma revista publicada em Londres. Achei um absurdo porque esta revista é uma obra clássica da cartografia histórica internacional e só sai uma vez por ano. Agora existem outras revistas internacionais sobre história da cartografia. Comecei a ler as apostilas impressas do curso de conhecimentos e informações sobre cartografia, realizado em 1968. Essas apostilas traziam bibliografias e cotejei com o acervo da Biblioteca Nacional. Encontrei uma boa parte das obras citadas nessas apostilas. Parece que Lygia Cunha fez este curso. Fiz a Faculdade de História na Santa Úrsula, entre 1984 e 1987. De uns vinte anos para cá fiquei mais tempo na Biblioteca Nacional para ler as obras que já estão esgotadas.

Acervo. *Autodidata? Quando você passou a trabalhar na Biblioteca Nacional, em 1982, foi quando ingressou na Cartografia? Você foi direto para a Cartografia?*

Maria Dulce. Não existia Divisão de Cartografia, e fui trabalhar com mapas na Divisão de Iconografia. Na época, o acervo cartográfico estava junto com essa Divisão. A chefe do antigo Departamento de Referência Especializada, Lygia Cunha, sabia que eu tinha experiência em catalogar mapas, pois vinha da Mapoteca do Itamaraty, e ela conhecia Isa Adonias. Eu trabalhava somente com os mapas. Então, não era uma seção ou divisão de cartografia. O

acervo cartográfico fazia parte da Divisão de Iconografia, com fotografias, desenhos artísticos e técnicos, gravuras e obras sobre arquitetura. Quando Joaquim Marçal Ferreira de Andrade foi ser chefe da Divisão de Iconografia, em 1996, resolveu fazer um manual de serviço que achei interessante. No entanto, perceberam que cartografia não tinha nada a ver com a iconografia. No mesmo período, Célia Zaher, diretora interina do antigo Centro de Referência e Difusão, achou melhor esvaziar uma parte do acervo da Iconografia, porque a sala estava sobrecarregada de coleções. Removeria o acervo para outro lugar e Joaquim Marçal preferiu separar a coleção cartográfica, já que esta não fazia parte da Iconografia. A partir de 1998, o acervo cartográfico foi separado da coleção de estampas e removido da sala de Iconografia para a de Manuscrito, mas como uma divisão independente. Assim, foi criada a Divisão de Cartografia. Daí, começaram mais ações e comecei a participar de congressos internacionais e nacionais. A primeira participação em congresso internacional foi em 2001, na Espanha, onde apresentei um poster intitulado *The map of the Mojos and Chiquitos mission*, no Congresso Internacional de História da Cartografia. Esse mapa, manuscrito, pertence à Coleção De Angelis. Foi o início da catalogação descritiva exaustiva, incluindo resumos, referências bibliográficas e outras descrições importantes.

Os primeiros membros da equipe da Cartografia foram Marta Maria Duboc de Araújo Moore (bibliotecária), Martha Couto (historiadora autônoma), Praxidis da Silva das Dores (auxiliar de biblioteca, autônomo), e a estagiária Luciana de Queiroz Pinto. Depois veio a funcionária Dulcila Maria Castello Branco Gomes, transferida da Divisão de Obras Raras, que fez o levantamento das obras entre os séculos XV e XIX. Mais tarde foram contratados dois estagiários, que eram substituídos a cada dois anos. Em 2001, iniciou-se o processo de digitação de registros catalográficos. Mais tarde, houve o projeto “Biblioteca virtual da cartografia histórica: do século XVI ao XVIII”, de 2003-2005, que constava de identificação do documento, catalogação e digitação de registros catalográficos, restauração e/ou higienização e digitalização de mapas (o que favoreceu a contratação de pessoal: os bibliotecários Luiza da Conceição Cordeiro de Mello, Marcos Neves, Adriana Fraga Lima dos Reis, Jussara Rodrigues Pimentel e as historiadoras Andréa Cristina de Barros Queiroz e Cristiane Jesus de Oliveira), restauração de muitos mapas raros que estavam fora do alcance do público, e a disponibilidade dos registros catalográficos e das imagens digitais no site da Biblioteca Nacional. Depois vieram as bibliotecárias servidoras, transferidas de outras divisões, Maria Cristina Leal Feitosa Coelho (Obras Raras), Rejane Bening (Obras Raras), Cristina Soares Mathias (Obras Raras) e Vanda Ferreira Santana (Obras Gerais), e Célia Regina Miranda Alves Gomes (auxiliar de biblioteca, autônoma), o geógrafo Ivo Fernandes Lattuca Junior (Obras Gerais), o historiador Uilton dos Santos Oliveira (Higienização) e, por fim, a bibliotecária Elisa Machado Alves Corrêa, que hoje formam a equipe da Divisão de Cartografia. Em 2006, fui convidada para trabalhar no Arquivo Histórico Ultramarino pelo projeto Resgate Barão do Rio Branco, para catalogar todo o acervo cartográfico.

Acervo. *Vamos voltar novamente à Biblioteca Nacional. Hoje, quando pensamos em acervo cartográfico histórico, pensamos em instituições como a Biblioteca Nacional, uma das mais rele-*

vantes. Antigamente, fundamentalmente, era o Arquivo do Itamaraty, a Cartografia do Itamaraty. Você pensa também na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional etc.? Quando você chegou lá na Biblioteca Nacional, como era esse acervo? Qual o tamanho? Qual a origem?

Maria Dulce. A origem... Olha, não tinha muitas informações nas fichas catalográficas. Aliás, as únicas proveniências de acervo que sabíamos era a Real Biblioteca e a Coleção D. Thereza Christina Maria. As outras sabíamos através dos ex-líbris Pimenta Bueno e Benedicto Ottoni e uma que aparece escrita Biblioteca Fluminense, a tinta. Nessa última coleção, somos obrigados a recorrer ao antigo livro de tombo (livro de registros), que traz a proveniência. As catalogações continham pouquíssimos dados e não se diferenciava o que era reprodução e o que era original. Além de ter muito documento para catalogar. Eu gostei porque tive que trabalhar e muito.

Acervo. *Mas extensivamente estava todo reconhecido, todo descrito?*

Maria Dulce. Todo descrito, não. Tinha informações gerais, com poucos dados e até parte do acervo não catalogado, isto é, não reconhecido. No caso dos mapas manuscritos sem título e datas, muitos estavam com as informações completamente erradas. Exemplo: um mapa que mostrava a fronteira de Portugal com a Espanha. No mapa está escrito Bragança, e foi atribuído o título "Mapa de Bragança". Pegamos o mapa e verificamos que se trata de fronteira entre os dois países citados. Isso acontece muito nos mapas manuscritos sem título.

Acervo. *Mesmo que contendo dados parciais, estava todo tratado?*

Maria Dulce. Mais ou menos. Havia mapas armazenados dentro de armários que não estavam tratados. Havia fichas manuscritas, que só tinham o título do mapa sem registro. Aí começamos a fazer um inventário por ordem alfabética no catálogo dicionário (autor, título e assunto). Éramos três que fazíamos esse serviço. Eu demorava mais porque achava que tinha que identificar o mapa. Quando entrei na Biblioteca Nacional, senti falta de história e foi aí que eu fiz o vestibular para história e escolhi a Santa Úrsula porque era perto da Biblioteca Nacional. Por coincidência, também a Isa estudou lá. Então fiz a Faculdade de História na Santa Úrsula. Entrei em 1984 e terminei em 1987. Foi muito mais fácil analisar e catalogar os mapas. Exemplo: peguei um mapa que representava a Sabinada e que não tinha dados sobre este assunto. Fiquei emocionada quando vi certos temas históricos que existiam nos mapas e que não haviam sido abordados antes.

Acervo. *Interessante você comentar toda essa ligação com a história. Quando pensamos no mapa, pensamos fundamentalmente em geografia.*

Maria Dulce. Geografia e história, os dois assuntos estão muito ligados. Segundo o geógrafo renascentista Abraham Ortelius, "a geografia é o olho da história". Isso está escrito na página de rosto do Parergon, suplemento do *Theatrum orbis terrarum* (atlas), que deu origem aos atlas históricos.

Acervo. *Você sentiu também falta, por exemplo, de uma base em geografia?*

Maria Dulce. Senti sim, mas, na Biblioteca Nacional, a parte de história é muito forte. Agora, sinto também em geografia porque estão tendo muitos estudos sobre geografia urbana, sobre cidades, reurbanização, saneamento, questões de planejamento urbano. Recorro aos amigos geógrafos e consulto livros de geografia.

Acervo. *Mas você estava caracterizando um pouco o acervo da Biblioteca Nacional. Você poderia voltar a falar um pouco sobre o período, os tipos de documentos presentes, a cartografia, a origem desses documentos?*

Maria Dulce. Quanto ao período, a Divisão de Cartografia possui a “Geografia” de Ptolomeu editada em Ulm, em 1486. Algumas obras do século XVI, que estão na Divisão de Obras Raras, deveriam estar na Cartografia, por se tratar do assunto. Outras possuem mapas e estão em Obras Raras, mas tratam de viagens e os mapas são somente ilustrações, ou o Mapa T em O, que faz parte das “Etimologias” de Santo Isidoro de Sevilha. Só nos interessam os mapas e a parte de astronomia e geografia (nomes antigos dados à cartografia). Graças à digitalização, podemos dar destaque a estes mapas. Quanto ao assunto, a maior parte trata de limites entre estados, levantamentos hidrográficos (principalmente do século XIX), demarcação de fronteiras, meios de comunicação (ferrovias, telégrafos, rodovias), guerras, cartas sistemáticas do IBGE, Exército, Marinha. Quanto à origem, a maior parte desses documentos vem da Coleção Real Biblioteca, com a vinda da corte para o Brasil, e da Coleção D. Thereza Christina Maria, cujo acervo pertenceu ao imperador dom Pedro II, que pediu que desse o nome da sua esposa à coleção. Descobrimos que temos a parte de mapas da Coleção De Angelis. A compra dessa coleção foi feita durante o império do Brasil e a comissão representada estabeleceu os seguintes critérios: a coleção que era de interesse para a Secretaria de Negócios Estrangeiros, atual Itamaraty, ficaria com a Secretaria, outra parte iria para a Biblioteca Nacional e as duplicatas para o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. De Angelis publicou um catálogo da sua coleção, intitulado *Coleccion de obras impresas y manuscritas*. O catálogo está dividido por tipo de material e, por conseguinte, por assunto. No caso do acervo cartográfico, encontra-se a “Seccion cuarta – Mapas e Planos”. Foi observado, acho que pelo Jaime Cortesão, que De Angelis trocou algumas obras ou documentos na época. Assim, cotejamos as referências do catálogo publicado por De Angelis com os mapas da Divisão. Embora essa seção do catálogo seja confusa, conseguimos levantar 93 mapas (publicado nos Anais da BN, v. 121). Exemplo de referência do catálogo: “Planos topográficos de las ciudades de Tucuman, Salta, Córdoba y Mendoza”. Encontramos as cinco plantas manuscritas destas cidades, que provavelmente pertenceram à coleção. Temos a Coleção Benedicto Ottoni, que foi comprada do colecionador José Carlos Rodrigues. Este ia vendê-la para o exterior e Benedicto Ottoni a adquiriu e a doou para a Biblioteca Nacional. Outra coleção também importante é a que trata do Mato Grosso, a Coleção Pimenta Bueno, dividida e doada para duas instituições: o Itamaraty e a Biblioteca Nacional. Essas são as que acho mais importantes. Outras coleções foram sendo doadas, mas as principais seriam essas: Real Biblioteca, Thereza Christina, Pimenta Bueno, a Biblioteca Fluminense, Benedicto Ottoni. Todas essas obras estão distribuídas por todas as divisões da Biblioteca Nacional. Outra menor, mas importante, é a Co-

leção Ladário e ultimamente verificamos que o Itamaraty doou mapas do período colonial do Brasil, em 1933. Ainda não analisamos esta coleção, mas boa parte dela está catalogada, digitalizada e disponível ao público.

Fora o acervo histórico, a Divisão de Cartografia recebe mapas, atlas e obras sobre cartografia, geografia, através do Depósito Legal. Quanto à doação de coleções de particulares, a Biblioteca Nacional tem recebido muito pouco. Acredito que a instituição não tem acolhido acervos de particulares pelas condições físicas do prédio e talvez seja necessária uma divulgação maior.

Acervo. *Podemos continuar falando um pouco mais das coleções? Várias a gente conhece por outras razões. Por exemplo, a De Angelis conheço por outros motivos, por causa da Divisão de Manuscritos. Então, houve uma tradição muito grande das instituições, muitas vezes até por uma questão de tratamento, guarda etc., de separação dos documentos. Você tinha, por exemplo, um dossiê ou até um livro no qual havia um mapa, ou um processo com um mapa, o mapa às vezes era retirado e ia para a cartografia, o processo ia para outro setor. Isso que ocorreu em várias instituições, também ocorreu na Biblioteca Nacional?*

Maria Dulce. Sim, isso ocorreu. Na época ia para a Divisão de Iconografia, onde se armazenava o que consideravam documentos cartográficos e iconográficos em mobiliários específicos. Agora, no Arquivo Histórico Ultramarino conseguimos resgatar grande parte dos mapas anexos aos documentos arquivísticos, graças a Erika Dias, historiadora contratada pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Acervo. *Existe possibilidade dessas parcelas de um mesmo conjunto serem reunidas? Ou seja, por exemplo, você tem informação que esse mapa tem a ver com uma correspondência que está na Divisão de Manuscritos ou existe essa troca de informações dentro da própria BN?*

Maria Dulce. Ainda não fizemos. Às vezes é difícil reunir, porque alguns mapas ficam dobrados muitas vezes e com o tempo acabam se partindo. Quando o acervo cartográfico estava na Iconografia, os alçados de plantas foram separados, não sei por que. Exemplo destes é a parte superior de um alçado que ficou na Iconografia e a inferior na Cartografia. Quando foi verificado, entregamos a outra parte à Iconografia e aí se juntaram. Quando publicaram os 200 anos da Biblioteca Nacional, essa descoberta ainda não tinha sido feita. Outro exemplo foi a fachada de uma penitenciária de Lisboa. Por não ser uma documentação cartográfica, entregamos à Iconografia. Houve um ano que transferimos 11 plantas arquiteturais e desenhos técnicos à Divisão de Iconografia. A gente faz isso. Agora, a questão é: outras divisões da Biblioteca Nacional merecem entender que há uma Divisão de Cartografia e uma de Iconografia. Então, o documento que for mais adequado a uma certa Divisão, esta Divisão deverá ficar com ele. Minha discussão, às vezes, com Obras Raras é em torno de obras sobre cartografia, mesmo sendo do século XV. Exemplo de um cartógrafo famoso, Cláudio Ptolomeu, autor da famosa "Geografia". A metade das edições da "Geografia" está em Obras Raras, e a outra na Cartografia. Para mim, está errado. Todas as edições da "Geografia" deveriam estar na Cartografia. A Coleção Ladário está na Divisão de Cartografia, mas tem uma parte

na Manuscritos. Toda a coleção deveria estar na Cartografia, porque o forte da Coleção do Barão de Ladário foi exatamente o levantamento do rio Amazonas, do rio Javari, da região Norte. Algumas vezes há uma briga pelo acervo, talvez sejam ciúmes. Não sei se isso acontece aqui ou em outras instituições. Isso é comum na Biblioteca Nacional. Outro exemplo é a Coleção Morgado de Matheus, que para mim deveria estar na Cartografia porque a maior parte é acervo cartográfico, mas está na Manuscritos. Isa Adonias comentou o interesse do Itamaraty pela compra da Coleção Morgado de Matheus, que ainda estava em Portugal. D. Lygia se antecipou e falou com o Celso Cunha, que estava em Portugal e era diretor da Biblioteca Nacional do Brasil. Ele a adquiriu e a trouxe para a instituição. Quanto à circulação de informações, a atual base de dados da Biblioteca Nacional unificou todos os acervos. Assim, se todas as informações estiverem nos registros catalográficos, será fácil resgatar esses dados.

Acervo. *É interessante o que você acabou de falar. Uma parte grande do acervo parece ser de doação, mas outra parte é comprada. Essa é uma característica de documentos cartográficos históricos?*

Maria Dulce. É difícil comprar. A Divisão possui uma lista de sugestões para compra de obras e mapas, se sobrar verba. O problema é a livraria ter Sicafe, que a administração pública exige. A maior parte das obras é importada. Até consegui algumas, que a Célia Zaher comprou, graças ao Projeto da Cartografia Histórica, porque falei que eram boas fontes bibliográficas de referência, mas somente uma está completa, a *Tooley's dictionary of mapmakers*, as outras estão incompletas. Uma delas é o *Koeman's Atlantes Neerlandici*, que é uma obra que analisa cada mapa que faz parte dos atlas holandeses, outra é *Monumenta cartographica Neerlandica*, que nós temos até o volume sete de dez volumes. Já comprei livros às minhas custas em congressos internacionais, que achei importantes para a Biblioteca Nacional. Já ganhei uma litografia que doe para a Divisão de Iconografia. Embora a litografia tivesse um motivo cartográfico, é gravura e tem que estar na Iconografia.

Acervo. *Mas essas são obras bibliográficas. E quanto à compra de acervo cartográfico mesmo?*

Maria Dulce. Eu já pedi para comprar um mapa do Brasil em leilão, que a gente não tinha. A Biblioteca Nacional não tinha dinheiro...

Acervo. *Mas antigamente era comum comprar.*

Maria Dulce. Era comum até a década de 1980. Tem muita burocracia na administração pública e daí a dificuldade de se adquirir mapas ou atlas em leilões.

Acervo. *Podemos estar enganados, mas uma boa parte do acervo de cartografia do Itamaraty foi comprada.*

Maria Dulce. Foi comprada e doada também pelos embaixadores. O atlas do Albernaz foi comprado na época do embaixador Oswaldo Aranha. A Isa me disse. Essa política de comprar o acervo, acho que é importante sim. Só que a burocracia administrativa é o entrave.

Acervo. *É bastante interessante essa questão da compra específica de um tipo de acervo que é difícil vir de outra maneira. O cartográfico, você acha que tem alguma razão? O acervo cartográfico tem um aspecto que acaba facilitando essa situação de valor financeiro que é a beleza gráfica da representação cartográfica. O mapa acaba sendo visto como um elemento artístico e isso dá a ele um valor financeiro. Você acha que essa poderia ser uma explicação? Não é mais comum a política de compra de acervos em outras áreas. Ela é muito rara, mas acervo cartográfico parece ter sempre tido essa tradição de muitas vezes ser incorporado por compra.*

Maria Dulce. Não, é difícil. Na Biblioteca Nacional, atualmente, está sendo difícil. Uma das razões é a administração. A administração pública é vagarosa e burocrata, porque quando tem um mapa no leilão, tem-se que correr para comprar, não? O mapa do Brasil do século XIX não era dos mais caros e nem mais raros. Mas, não tínhamos nenhum exemplar e se eu tivesse dinheiro, o teria comprado. É importante termos toda a coleção referente ao Brasil do que foi publicado, não?

Acervo. *Sobre acervos cartográficos no Brasil, sei que você conhece muita gente. Como está o quadro dos acervos cartográficos do Brasil hoje? Onde estão custodiados, como são tratados? Você pode falar um pouco sobre isso?*

Maria Dulce. Os maiores acervos cartográficos do Brasil que eu conheço estão aqui, no Rio de Janeiro. Fora do Rio de Janeiro, temos São Paulo, mais precisamente a USP. Esta instituição possui o site “Biblioteca digital de cartografia histórica da USP”, a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, que já está digitalizada, e a Biblioteca Mário de Andrade. Ambas possuem acervo cartográfico histórico.

Tomei conhecimento da existência de mapas históricos do Departamento Nacional da Produção Mineral, em Brasília, no VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, em Braga, realizado entre 4 e 7 de novembro de 2015. A equipe apresentou o trabalho e informou que o acervo estava abandonado, e que muitos mapas foram roubados e vendidos. Agora, há um grupo do Departamento que está fazendo o inventário.

Em Minas Gerais, alguns arquivos têm acervos cartográficos em algumas cidades, principalmente em Belo Horizonte. O Museu das Minas, em Sabará, possui pequena quantidade de mapas. Na época da criação do Museu, o ministro mandou a Biblioteca Nacional doar uma parte do seu acervo para lá incluindo alguns mapas.

O Amazonas e o Pará possuem pequenas coleções cartográficas, porém importantes. A Biblioteca e o Arquivo Público do Pará possui o atlas do Brasil de 1640, do maior cartógrafo português do século XVII, João Teixeira Albernaz I. O museu paraense Emílio Goeldi possui o mapa *Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*, de Curt Nimuendajú, que foi nomeado no Programa Memória do Mundo da Unesco – MOWBrasil, em 2012.

Acervo. *Aqui no Rio de Janeiro, você vê que instituições, além da Biblioteca Nacional?*

Maria Dulce. O Arquivo Nacional, o Itamaraty, a Marinha. O IHGB tem um pequeno acervo cartográfico histórico, mas importante. A Aeronáutica tem uma parte pequena, talvez

seja mais recente. O Exército, que, de uns vinte anos para cá, tem se preocupado com a coleção cartográfica do Arquivo Histórico. Instituições mais recentes: IBGE e o Instituto Pereira Passos.

Acervo. *E o curioso é que o Arquivo Militar foi criado em 1808, com dom João, que dá origem ao Arquivo Cartográfico Militar ou alguma coisa assim. Tinha litografia militar... uma preocupação de domínio, preparar a invasão da Guiana, controlar o território...*

Maria Dulce. Sim, d. Pedro I contratou Johann Jacob Steinmann, em 1825, para ensinar a nova técnica de gravação em mapas, a litografia, no Arquivo Militar. Steinmann, litógrafo suíço, estudou na Alsácia e se aperfeiçoou com o próprio inventor, Alois Senefelder.

Acervo. *E essas instituições, elas têm uma relação mais próxima?*

Maria Dulce. As relações mais próximas que eu tenho é com o Arquivo Nacional e a Marinha. O Exército está um pouco afastado. A Mapoteca do Itamaraty também tenho contato, mas é um pouco difícil, porque mudou de coordenação. Agora é a primeira-secretária de carreira diplomática. Ela parece estar muito interessada pela dinâmica dos acervos. Nós vamos nos apresentar a ela. Estamos interessados em ativar um projeto de digitalização do acervo luso-brasileiro e se puder ibero-americano. As equipes de Cartografia, da Biblioteca Digital, e o presidente Renato Lessa estão interessados em fazer esse convênio de digitalização, a princípio, entre as duas instituições: Mapoteca do Itamaraty e a Cartografia da Biblioteca Nacional, e depois com outras instituições interessadas. Acho que vai facilitar muito à Mapoteca do Itamaraty, no caso de pesquisas com mapas. A reprodução em alta resolução teria que pedir ao Itamaraty, e, mesmo assim, com as tecnologias de enviar as imagens digitais, o que facilitaria o Itamaraty. Como, por exemplo, o pesquisador pegar a imagem digital em alta resolução e o Itamaraty a enviar pelo We Transfer ou outro programa. A Mapoteca do Itamaraty possui um acervo muito importante sobre o Brasil, que sabemos pelos catálogos publicados, na maior parte, pela Isa Adonias. Temos contato com a Maria Simone Rosa, que atualmente é a bibliotecária da Mapoteca. Até 2007, Maria Marlene Souza era bibliotecária e funcionária do Itamaraty. Infelizmente, ela faleceu. Portanto, agora só tem a bibliotecária Maria Simone Rosa e a nova coordenadora na Mapoteca do Itamaraty. O Itamaraty andou fechado por causa de obras. Os funcionários também ficaram muito assustados em julho de 2003 com o roubo do acervo, mas conseguiram recuperar uma pequena parte. Além dessas instituições, tivemos contato com o IBGE, principalmente no período do XXVII International Cartographic Conference, realizada aqui no Rio de Janeiro. Foi muito proveitosa a Conferência e tivemos a oportunidade de organizar a exposição *Historica Cartographica Brasiliis*, exibindo quarenta peças.

Acervo. *Mas o acervo lá continua crescendo?*

Maria Dulce. Não, não cresceu. Aliás, o acervo de cartografia está crescendo muito devagar por causa das digitalizações. E, agora, é o mundo digital. O que estamos recebendo mais são livros sobre cartografia, atlas. Os mapas da Marinha e do Exército foram suspen-

sos por falta de comunicação. Estas instituições estão enviando os mapas ao Escritório de Direitos Autorais e não para o Depósito Legal da Biblioteca Nacional. Não sei por quê. Uma vez publicados já têm os direitos autorais. Agora conseguimos receber os mapas do IBGE.

Acervo. *Existe hoje, no Brasil, um padrão de descrição do acervo cartográfico? Você percebe isso?*

Maria Dulce. Um padrão não conheço. A gente costuma seguir os catálogos. Eu sigo um pouco os catálogos da Isa, embora tenham sido publicados há muito tempo. Mas, acho que ela dá uma boa análise e a gente está querendo padronizar sim essa parte da catalogação dos mapas. Estamos pensando em estabelecer um padrão de descrição do acervo cartográfico. Teríamos que nos reunir com outras instituições.

Acervo. *Os problemas dos mapas nesse sentido, como é que você vê? Os mapas, quando se trabalha com cartografia histórica, parecem apresentar problemas variados. O José Luiz está muito preocupado com essa questão da descrição ou catalogação do mapa, mas estes têm problemas nesse sentido e, muitas vezes, as pessoas trabalham com mapas somente com uma visão biblioteconômica. Usa-se basicamente o AACR2...*

Maria Dulce. Sim, por parte da Biblioteca Nacional, temos a visão biblioteconômica. Temos problemas quanto aos assuntos. Os profissionais seguem muito os padrões americanos, e é difícil, pois a língua é inglesa e a Library of Congress (LC) atende os interesses dos Estados Unidos. Assim, a parte de assunto, principalmente para história e geografia, é muito pobre para nós, de língua portuguesa. Por exemplo, um mapa do Tratado de Madri, em que a entrada estabelecida pela LC, e conseqüentemente a BN adota, é "Portugal. [Tratados, etc. Espanha, 1750 jan. 13]". A meu ver a entrada deveria ser pelo nome do tratado: Tratado de Madri, Tratado de Tordesilhas, Tratado de Santo Ildefonso. Mas os colegas da Biblioteca Nacional acompanham os padrões da Library of Congress. Outra questão também discutida é a terminologia, porque nos índices de topônimos do IBGE que se referem ao Brasil, na carta ao milionésimo, o índice não menciona o país limítrofe. Então, terá que se verificar em outras fontes bibliográficas, ou através da internet, os rios do Brasil fronteiriços com outros países da América do Sul, como, por exemplo, o rio Maú que limita com o Brasil, especificamente o estado de Roraima com a Guiana. Em uma discussão, tive que mostrar o mapa à equipe de Terminologia e esta concordou em abrir o assunto: "Maú, Rio (Brasil e Guiana)". Por outro lado, este rio recebe o nome de Ireng na Guiana. A solução foi remeter à nomenclatura, isto é, uma remissiva rio Ireng, para o pesquisador ser levado ao Maú. Além deste, existem muitos rios que fazem limites com o Brasil e os países da América do Sul, e que mudam de nomes nos países fronteiriços. Outro exemplo é o rio Guaporé, fronteira do Brasil (Mato Grosso e Rondônia) com a Bolívia. Na Bolívia, este rio recebe o nome de Iténez. A entrada de assunto é pelo rio Guaporé, mas com remissiva do rio Iténez para o Guaporé. Outros exemplos são os planisférios e mapas-múndi. O cabeçalho de assunto em inglês é *world maps*, mapas-múndi para o português. Por que não indicar o vocábulo "mundo"? Agora a LC incluiu a palavra "earth" (terra). Ainda não acho solução para terra.

Acervo. *Esse aspecto da indexação do assunto é interessante. Outras coisas também são complicadas em mapa, em termos do tratamento: você tem mapas impressos, manuscritos, coloridos, não coloridos, mapas pequenos, pequeninhos, outros monumentais. Isso introduz uma série de questões com relação à guarda, ao tratamento, à preservação etc. Como funciona? Como essas coisas são vistas por você e quais são as preocupações fundamentais em termos da preservação dos mapas?*

Maria Dulce. O armazenamento é um problema grande. Não classificamos os mapas, mas os localizamos com o sistema de localização fixa, como, por exemplo, o mapa com a localização ARC.001,02,003. O mapa está localizado no Arcaz 1, gaveta 2, e é o terceiro mapa da gaveta. Arcaz é uma terminologia antiga usada na Biblioteca Nacional, que é mapoteca. Segundo o dicionário Houaiss, arcaz significa volumosa arca com gavetões. Como a Divisão de Cartografia possui 38 mapotecas com 12 ou 15 gavetas e por sua vez cada uma delas tem cerca de 60 mapas, preferimos manter o código. A equipe de preservação quando higieniza e/ou restaura, acondiciona o mapa em papel neutro e poliéster e, às vezes, aumenta um pouco as dimensões do mapa, tendo que removê-lo de mapoteca. Isso porque o mapa já estava justo na gaveta. A Biblioteca Nacional possui mapotecas com dimensões maiores nas gavetas, de 166 cm de largura por 130 cm de profundidade e 5,5 cm de altura. São três mapotecas com as gavetas nessas medidas. Há uma mapoteca antiga com medidas semelhantes de profundidade e largura, mas a altura é de 2,5 cm. Aquela mapoteca ali (do Arquivo Nacional) mede quanto?

Acervo. *Um metro e oitenta e dois de frente...*

Maria Dulce. Ah! Não temos nenhuma mapoteca que chegue a esse tamanho. Temos algumas da marca Securit que começou a padronizar as gavetas com as medidas 128 cm de largura, 87 cm de profundidade e 5,5 cm de altura. É um problema essa altura, pois cada uma dessas gavetas pode armazenar cem mapas. Se você pega o último mapa da gaveta, acaba rasgando-o. Assim, acondicionamos cerca de 20 mapas em uma pasta, e quando vamos pegar o mapa, puxamos a pasta, o que evita o rasgo do mapa na hora de retirá-lo da gaveta. As gavetas das mapotecas antigas têm 2,5 cm de altura, que é o ideal, pois armazenam, no máximo, uns 30 a 40 mapas. Existem mapas com mais dois metros de largura, que estão enrolados e armazenados em armários.

Acervo. *A gaveta tão profunda com altura grande não é uma coisa boa.*

Maria Dulce. O funcionário não vai retirar um mapa de cada vez para pegar o solicitado. Ele não tira... ele vai puxar o mapa da gaveta ou vai retirar uma grande quantidade de mapas, jogar essa quantidade em cima da mapoteca e repetirá a façanha até encontrar o mapa desejado. Então, sugeri fazer uma pasta, acondicionando cerca de vinte mapas, no máximo, em cada uma. Assim, quando o funcionário buscar um dos vinte mapas pedido dentro da pasta, ele puxará a pasta, irá colocá-la em cima da mapoteca e ao abrir a pasta, ele folheará os mapas até encontrar o desejado. Fica mais fácil e o máximo que poderá acontecer é ras-

gar a pasta, mas esta é substituível. É realmente difícil armazenar mapas e depois retirar das gavetas. Fora os mapas de grandes dimensões, que necessitam de mais de uma pessoa para retirá-los.

Acervo. *Por isso que a digitalização facilita. A tecnologia hoje permite ao mapa de dois, três, quatro metros, como temos aqui no Arquivo Nacional, juntar digitalmente as imagens e ter o mapa completo. E fica com uma boa definição para os trabalhos.*

Maria Dulce. Sim. Às vezes, você tem que retirar o mapa para um pesquisador fazer uma análise mais detalhada, como a medida exata da escala e também dos graus de latitude. Às vezes, eles pedem os mapas mesmo digitalizados, quando essas anotações não foram descritas nos registros catalográficos. Aí, é lógico, tem que se retirar o mapa.

Acervo. *Existem acervos cartográficos importantes para a história do Brasil fora do nosso país?*

Maria Dulce. Sim. Em Portugal, obviamente. Em Portugal tem bastante...

Acervo. *E fora de Portugal? Fale de Portugal, mas também de outros países.*

Maria Dulce. A Biblioteca Nacional de Portugal tem uma boa coleção. Há uns anos atrás, ela comprou um mapa de Minas Gerais do século XVIII. Ah, eu fiquei um pouco triste. Mas, ainda bem que está na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde se fala a nossa língua. Podia estar na nossa, não é? (risos). Outra biblioteca estrangeira é a Biblioteca Nacional da Espanha, Arquivo de Sevilha. Não podemos esquecer o Arquivo Histórico Ultramarino que possui uma boa coleção cartográfica, iconográfica e documental.

Acervo. *Mas, fora do Brasil, você encontra muita coisa?*

Maria Dulce. No catálogo da “Exposição do Arquivo e da Biblioteca de Braga”, cuja exposição foi inaugurada no dia 4 de novembro de 2015, para o VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, foram expostos um mapa manuscrito do rio Jequitinhonha, em Minas Gerais, e o mapa do Brasil do Gastaldi, gravado para a obra de Ramusio. Na França, a Biblioteca Nacional de Paris tem mapas desde o século XVI, na época em que Villegaignon esteve aqui. O site da Biblioteca Nacional da França está muito bom, com um link chamado Gallica que mostra uma grande quantidade de acervo digitalizado, mapas, códices, livros raros etc. Há mapas também na Biblioteca da Itália, em Módena. A Biblioteca de Estense tem o famoso mapa do planisfério de Cantino, que é o primeiro mapa que fala das descobertas portuguesas. Aquele que tem o mapa do Brasil com três araras imensas. Está lá na Itália.

Em Istambul, tem o mapa do Pires Reis, que é da América do Sul. Pires Reis conseguiu informações nas batalhas navais no Mediterrâneo. Ele aprisionou navegadores espanhóis e os portugueses que tinham vindo ao Brasil; então, teve informações e é onde aparece pela primeira vez o topônimo Rio de Janeiro (Sano Saneyro), segundo Eduardo Canabrava Barreiros. Tem também na Hungria, acho que é na Biblioteca Nacional de Lá, sobre o mapa de Mojos e Chiquitos, que se localizavam entre o Brasil e a Bolívia.

Acredito que também tem na Croácia, porque na XVII Conferência Internacional de Carto-

grafia (ICC2015), a professora Mirela Altic, da Universidade de Zagreb, apresentou o trabalho sobre os exploradores da antiga Iugoslávia, atual Croácia, explorando o interior do Brasil e da América do Sul. O título do trabalho é *The Croatian contribution to the exploration and mapping of the states of Mato Grosso and Paraná*. O assunto é sobre a exploração do oeste do Brasil, pelos irmãos Mirko e Stjepan Seljan. O resumo está no site <<http://www.icc2015.org/abstract,55.html>>. Aliás, você ficou de publicar este trabalho no Arquivo Nacional. A professora Mirela Altic disse que não tem interesse em publicar esse trabalho em qualquer revista estrangeira, mas apenas no Brasil. Acho que na Croácia também tem esses mapas. Eu não os tenho na Biblioteca Nacional.

Acervo. *Ela falou que um cartógrafo croata veio se radicar no Rio de Janeiro...*

Maria Dulce. Ela falou que Stjepan veio se radicar em uma cidade perto de Ouro Preto, após a morte de seu irmão Mirko na expedição da Bolívia. Aliás, ninguém desta equipe sobreviveu. Provavelmente, foram mortos pelos índios da região. A expedição dos irmãos Seljan fez o mapeamento do oeste do Brasil, partindo do sul até o Pará. Teve outro jesuíta que era o Ignacio Sermartoni. Há mapas dele também da região Norte, na Biblioteca de Budapeste, e nós temos na Biblioteca Nacional um manuscrito sobre o rio Negro. A Espanha também tem. A Itália tem dos jesuítas, fora o planisfério de Cantino. Na Inglaterra, na British Library, há cerca de 1.500 mapas sobre o Brasil. Inclusive temos um mapa do Antônio Sanches, que eu vi na British Library, que o almirante Max fez comparação.

Nos Estados Unidos, a Library of Congress tem milhões de mapas sobre o Brasil e a América Latina. A Biblioteca do Congresso comprou o mapa de Martin Waldseemüller, de 1507, do príncipe Johannes Walduburg-Wolfegg, em 2003, por dez milhões de dólares. Esse mapa é importante, porque aparece pela primeira vez o topônimo América. Puderam comprar... Eu fiquei apaixonada. Bem que a Biblioteca Nacional podia ter comprado (risos). Eles têm um poder de compra, que acredito ser sem muita burocracia. Deveríamos aprender com eles. Além disso, os cidadãos de alto poder aquisitivo têm uma política de compra de acervo caro/raro para as instituições (arquivos, bibliotecas e museus). Não sei se descontam para o imposto de renda. Atualmente, o único colecionador particular que doou o seu acervo após a sua morte, no Brasil, foi José Mindlin.

Acervo. *Como se dá o tratamento de acervos semelhantes em outros países, tanto em termos de descrição quanto de preservação e acesso?*

Maria Dulce. Quanto à descrição, eles não são muito detalhados. A Biblioteca da França é boa; ela dá detalhes maiores. A de Portugal também; quando ela tem informações, dá um resumo da obra e biografia do autor. Agora, com a Biblioteca da Inglaterra, a British Library, eu tive um pouco de dificuldades, pois ela não dá muitas informações porque, às vezes, você quer saber dados sobre o mapa e aí não tem. Tem esses catálogos de livreiro, mas não é de confiança para a pesquisa. Eles querem vender, não é? O que me interessa mais é o que tem nas instituições. Tem também a Biblioteca da Austrália, que a gente acabou pesquisando. Não o mapa do Brasil, mas mapas de outros países. A Biblioteca da Austrália é muito boa.

Eu vejo assim: as boas são a da França, a Library of Congress, que não dá tanta informação quanto a da França, e a Biblioteca Nacional de Portugal que, para mim, atende melhor.

Acervo. *Isso não tem também a ver com o tamanho do acervo?*

Maria Dulce. Pode ser.

Acervo. *Há acervos cartográficos monumentais. Nas nossas instituições, de qualquer maneira, os acervos ainda que grandes, se comparados, são bem menores...*

Maria Dulce. A Library of Congress é uma. A Biblioteca Nacional da França também, porque eles têm mapas não medievais, porque são muito poucos os que sobreviveram. Eles têm mapas a partir do final do século XV, do século XVI; então, têm um acervo muito grande. Eles digitaram diversos códices.

Acervo. *Em 2011, foi lançado um catálogo que você preparou sobre a documentação cartográfica relativa ao Brasil no Arquivo Histórico Ultramarino...*

Maria Dulce. É cartográfica e iconográfica manuscrita, porque eles misturaram muito o tipo de material. Eu até cheguei a perguntar para um professor de geografia de lá, muito famoso, o João Garcia. Professor João Garcia, aqui alçado é mapa, é cartografia? Ele respondeu: claro que não. Se eles têm uma Seção de Iconografia, poderiam reorganizar e remover algumas plantas arquiteturais para a Iconografia. Na época, a dra. Esther Bertoletti era coordenadora e eu disse a ela: dra. Esther, eu não vou dar o título do catálogo de Coleção Cartográfica, porque não tem só material cartográfico, mas também iconográfico. Aí eu atribuí o título de *Coleção cartográfica e iconográfica manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*.

Acervo. *Então, esse é o conjunto que eles chamam de Cartografia, que é relativo ao Brasil?*

Maria Dulce. É, relativo ao Brasil...

Acervo. *Mas há acervo cartográfico e iconográfico. O que você conta do tempo em que ficou por lá?*

Maria Dulce. Quando eu estive lá, senti falta de pesquisar. Eu gosto de pegar o mapa, analisar, saber quem é o cartógrafo, a área geográfica, e não tinha muitas fontes lá. Eu ia à Biblioteca, e tinha a *Enciclopédia portuguesa-brasileira*. Então, o que foi que fiz? Coletei todos os dados, copiei tudo e, quando cheguei ao Brasil, comecei a pesquisar. Foi aí que consegui muitos dados. Pesquisei em muitas fontes bibliográficas na Biblioteca Nacional e na internet. Há muitos trabalhos acadêmicos que descrevem as áreas geográficas.

Acervo. *Essa documentação já estava descrita lá?*

Maria Dulce. Estava, mas muito resumida e, aí, comecei a detalhar mais. Às vezes, a data não estava certa, tinha umas coisas erradas. Inclusive, identifiquei uma planta que era de Angra dos Reis, que tinham colocado como um documento que fazia parte da capitania do Rio de Janeiro, mas não sabiam que cidade era. Estou eu no Google, procurando, pesquisando, ven-

do planta... Que planta? Poderia ser do litoral. Aí comecei a pesquisar as cidades do litoral do estado do Rio de Janeiro e consegui identificar que era planta de Angra dos Reis... e também houve uma parte do litoral que pertencia à região da Bahia, que eles colocaram como litoral de Alagoas e eu consegui corrigir. Tinha um mapa também, uma carta que mostrava Manaus, mas o documento pertencia à capitania do Maranhão, mas dei o assunto Manaus. Tudo bem, pode pertencer à capitania do Maranhão, mas é a região do Amazonas. Aquilo é Manaus. E fui recuperando a ligação dos mapas com os documentos manuscritos junto com a Erika Dias, que trabalhava com essa parte. O que ajudou a resgatar os mapas anexos aos manuscritos. Ficar dentro de caixa de manuscritos não ia dar certo porque ficariam dobrados e, com o tempo, iriam novamente se deteriorar. Então, era melhor remover os mapas, indicando as localizações dos dois documentos que anteriormente se completavam. Conseguimos fazer essa união. Outras instituições, que têm o manuscrito acondicionado em caixa e possui um mapa imenso, o melhor é remover o mapa para a mapoteca, mas indicando a sua localização no mesmo registro catalográfico ou arquivístico do manuscrito. Hoje, o pessoal fala “linkar”, associar exatamente o mapa ao documento.

Acervo. *Uma coisa muito interessante é esse processo de pesquisa. É uma coisa que revolucionou alguns anos atrás, quando a gente tinham problemas para identificar... Não estamos nem falando de mapas, mas identificar uma pessoa, saber o nome dela ou de um órgão. Recorria-se, fundamentalmente, à enciclopédia, a obras gerais. Hoje em dia, você tem uma série de instrumentos nesse novo mundo digital. Algumas coisas que são interessantes: do mapa, muita gente hoje em dia tem uma cópia!*

Maria Dulce. Exatamente. Nesse sentido, você pode verificar, por exemplo, a descrição que outra biblioteca tem em outro país. Outra coisa que você está falando é esse negócio do Google Earth. Vamos supor, para identificar uma planta, que ela pode ter sido modificada, mas se a cidade não foi tão aterrada você ainda pode conseguir identificá-la mesmo com as mudanças. No caso de Angra dos Reis, o Google me ajudou, mas utilizei outras ferramentas, como dicionários geográficos do século XIX, que dão o histórico da cidade, além de livros sobre a história da cidade. Consultei também os *Apontamentos para um dicionário geográfico*, de Alfredo Moreira Pinto.

Acervo. *Você está falando de documentos antigos, mapas mais antigos? Até formação ou habilidades paleográficas? Anotados no mapa muitas vezes?*

Maria Dulce. Muitas vezes têm título, indicações etc. que precisam ser entendidos.

Acervo. *É. Uma perguntinha, uma implicância sobre plantas de arquitetura: há uma discussão sobre se elas seriam documentos cartográficos ou iconográficos. Diga-nos sua posição e apresente seus argumentos.*

Maria Dulce. Olha, planta de arquitetura... Vamos supor plantas de prédios. Eu acho que é iconografia, porque mostram a fachada ou alçado, a planta baixa etc. Elas não têm a parte geográfica. A cartografia é a representação geográfica. Segundo a Associação Cartográfica

Internacional (ICA), cartografia é “a arte, ciência e tecnologia de construção de mapas, juntamente com seus estudos como documentação científica e trabalhos de arte. Nesse contexto, mapa deve ser considerado como incluindo todos os tipos de mapas, plantas, cartas, seções, modelos tridimensionais e globo representando a Terra ou qualquer corpo celeste”. O vocábulo cartografia é derivado do grego *graphein*, que significa escrita ou descrita, e de *charta*, folha de papel, papiro, papel. O termo foi criado pelo historiador português Visconde de Santarém, em 1839, em uma correspondência ao historiador brasileiro Francisco Adolfo Varnhagen. Então, acho que planta arquitetural não entra. Agora, se tem uma planta de uma fortificação em uma área geográfica, aí se considera cartografia, mas se é simplesmente um desenho da planta de engenharia de construção, eu não incluiria na cartografia. Embora muita gente considere cartografia. Tem também a projeção e a escala, mas em planta arquitetônica e desenho técnico é difícil ter coordenadas geográficas. Eu acho que não caracteriza a cartografia. O significado da cartografia é a descrição do espaço terrestre ou celeste, mas ela não é específica assim às construções.

Acervo. *Hoje, os mapas são produzidos em sistemas eletrônicos e só são impressos se desejados. Que tipo de desafio isso cria para as instituições que tradicionalmente sempre guardaram o acervo cartográfico histórico em suporte de papel?*

Maria Dulce. Pois é, isso aí a gente vai ter que pensar, porque quando é em CD, a gente tem que guardar os CDs, mas daqui a pouco os CDs vão desaparecer, não é? Teria que ver com as instituições como vão armazenar esse tipo de material. Eu acho que teria que ter uma assinatura...

Acervo. *Como guardar essa informação? Um exemplo são as cartas de marinha. Pelo que entendi, você compra a carta de marinha em arquivo digital. Hoje tem sistemas que permitem ver o mapa imediatamente na tela. Você está no navio, vendo a carta náutica, vendo ali onde você vai passar. Se quiser, imprime. O sistema de GPS dá as coordenadas, coloca um pontinho na tela, dizendo onde você está.*

Maria Dulce. Isso eu não sei como responder ainda não.

Acervo. *Você já viu algum lugar, alguma instituição estrangeira que esteja preocupada com isso, já esteja recebendo e dando acesso a esse tipo de acervo?*

Maria Dulce. Olha, ainda não vi isso não. Eu não tenho consultado a Library of Congress. Essa é a primeira linha, que alcança essa parte. O que eu estou acompanhando é a Biblioteca da França, que está procurando digitalizar todo o seu acervo. Isso é uma coisa interessante. Eu fiz um curso *latu sensu* de cultura, língua e literatura latina e aí peguei um mapa do Ortelius, que é o precursor em atlas históricos também. Ele produziu o primeiro atlas, em 1570. Em 1579, ele coloca os suplementos e acaba chamando-os de Parergon que, em grego, significa suplemento. Aí estudei o mapa que era a Gália de César, o De Bello Gallico, cuja cópia mais antiga é do século IX. Uma das instituições que tem é a Biblioteca Nacional da França e ela está digitalizando todos os seus códices manuscritos. É interessante isso. Eu estou vendo

nela mais a digitalização de todo seu acervo, e acho isso fantástico. Na Library of Congress, realmente não tenho observado isso.

Acervo. *Essa cartografia digital... O armazenamento está ainda por conta das instituições que a produzem.*

Maria Dulce. É, eu acho que, como aqui, também.

Acervo. *Não, eu digo assim, confeccionar mapa hoje, mapa moderno. Mapa sendo confeccionado em formato digital, eletrônico, sistema de informações geográficas... e isso ficar arquivado na própria instituição.*

Maria Dulce. Eu ainda não recebi, porque a gente recebe pelo Depósito Legal. Você já recebeu?

Acervo. *Não, ainda não. Quando nos referimos ao documento eletrônico, da cartografia eletrônica, estamos nos reportando a uma carta com coordenada, com escala, e não simplesmente a uma imagem, mas na qual você pode trabalhar, alterar, colocar novas informações.*

Maria Dulce. Eu não sei se as instituições vão fornecer isso, porque elas trabalham diante disso e a Marinha tem muita coisa sigilosa...

Acervo. *O Exército tem... Você citou no início da nossa conversa o CPRM. Eu tive a oportunidade de ver uma carta digital sendo produzida no CPRM do Rio de Janeiro. A colega mostrou um trabalho que ela estava fazendo, totalmente em sistema de informação geográfica, as camadas, e aí pensamos que aquilo é produzido por um órgão público...*

Maria Dulce. Uma equipe do CPRM daqui do Rio visitou a gente; eles queriam ver o acervo antigo. E aí comentaram que não vão mais a campo. A imagem digital chega a eles de satélite, de avião...

Acervo. *Chega a eles e eles montam, fazem interpretação da imagem e elaboram uma nova carta. Mas e a questão da pesquisa, o uso de mapas em pesquisas? O que você tem visto? Você acha que a pesquisa de acervo cartográfico tem aumentado ou diminuído? E que tipo de pesquisa é feita com recurso a mapa?*

Maria Dulce. O que eu vejo mais é a pesquisa histórica. Eles têm usado muito nosso acervo, mas contanto que possam copiar, não tem problema. Quando querem imagem em alta resolução, aí recorrem a nós. O que mais tenho visto são trabalhos de mestrado e doutorado, com imagens históricas, não só as da Biblioteca Nacional como de outras instituições também, algumas falando da carta de um por um milhão do Francisco Bhering. Há uma tese de doutorado que o autor falou que usou a de vocês. Ele mostra lá, com o desenho. Esta tese me ajudou muito para a exposição *Historica Cartographica Brasilis in Biblioteca Nacional*, que foi o último item da exposição.

Acervo. *Simpósios e congressos têm aumentado, estão ocorrendo muito na área de cartografia.*

Maria Dulce. Sim, na área de cartografia histórica. Esse Congresso Internacional de Cartografia, que ocorre de dois em dois anos, agora estão fazendo uma pré-conferência que é a parte da cartografia histórica. Eu acho interessante.

Acervo. *Você se refere à da Associação Cartográfica Internacional? Essa que teve em agosto, no Rio de Janeiro? Tem outras. Tem de geodésia, a Conferência Internacional de História da Cartografia – International Conference on the History of Cartography (IHC2017) – que se realizará entre 9 e 14 de julho de 2017 etc. E muitas outras ramificações. Sobre publicações de cartografia histórica. Está saindo muita coisa ou é somente para o público acadêmico?*

Maria Dulce. É, acho que está mais acadêmico sim. Vejo publicações em revistas relacionadas a teses e dissertações.

Acervo. *Revistas científicas. Você acha que falta mesmo é atingir o público?*

Maria Dulce. O último livro de cartografia foi o do Paulo Menezes e Manoel Fernandes (*Roteiro de cartografia*, 2013). Foi o último na língua portuguesa. Mas, em língua estrangeira, há muitos livros sobre a história da cartografia. Tem em holandês, em alemão, infelizmente de alemão eu não sei nada. Em inglês também tem muita produção. Agora, aqui no Brasil, a produção ainda é tímida.

Acervo. *Então, seria, como se diz, uma questão de mercado?*

Maria Dulce. Pode ser.

Acervo. *Essas publicações estrangeiras são financiadas por instituições de ensino?*

Maria Dulce. São. Aquelas grandes publicações são projetos. O *Monumenta Cartographica Neerlandica* também. Portugal fez *Portugaliae Monumenta Cartographica* em 1960 e reeditou em 1985, em tamanho reduzido, mas foi feito algum suplemento, algum acréscimo. Mesmo assim, Portugal tem mais produção. Teve mais no período dos Descobrimentos. Da vez que fui a Braga tive dificuldade em comprar livros. Cheguei na livraria e a livreira fechou o estabelecimento na minha cara, porque estava na hora de fechar. Durante o dia tinha palestras e queria assistir a todas. Resultado: só peguei catálogos de exposições. Minas Gerais e São Paulo têm tido uma boa quantidade de publicações.

Acervo. *A publicação de cartografia é cara porque pressupõe sempre a imagem.*

Maria Dulce. Sim, é cara exatamente por causa disso. A publicação de cartografia histórica exige imagens, o que encarece muito.

Acervo. *Muitas vezes, exige um formato grande. Não é interessante você ver um mapa numa dimensão muito reduzida. Na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá aparecem recursos. É uma questão de cultura, de filosofia de mercado? Tem mercado maior, há interesse. Quantas pessoas teriam condições de comprar uma obra?*

Maria Dulce. É...

Acervo. *Algumas coisas da cartografia saíam em efemérides ou puxando para a questão artística, para a estética... E aí vira quase um livro de arte.*

Maria Dulce. Teve aquela publicação do almirante Max Justo Guedes, de 2012, após a morte dele em 2011, editada pela Capivara (*A Cartografia impressa do Brasil: os 100 mapas mais influentes, 1506-1922*). Foi a última obra do almirante Max. Na mesma época, outra publicação, acho que da Unesp, foi a tese de doutorado de Paulo Miceli (*O desenho do Brasil no teatro do mundo*). Trabalhar com cartografia nunca é muito barato. Comprei a publicação do almirante Max, que era cara, porque me interessou mais. É assim. Às vezes compro um livro de história. Quando fui à USP, comprei a *Bibliographia brasiliiana* porque tem uns mapas que fazem parte das obras...

Acervo. *Você está falando das compras para você, para o seu acervo pessoal, não? Mas a Biblioteca Nacional tem a facilidade de receber?*

Maria Dulce. Sim, mas está lá na Iconografia. Em Obras Raras não está. Não está em Cartografia porque é bibliográfica. Eu comprei e não tem problema se a equipe de lá precisar. Eu levo para a Divisão de Cartografia. São dois volumes pesados, mas o mapa do Gastaldi é mencionado na *Brasiliiana bibliográfica* de Rubem Borba de Moraes, através de Ramusio. Tem mapas dentro de obras que valem mais que a própria obra. Isso eu falo para a equipe da Cartografia prestar atenção.

Acervo. *Essa área de cartografia sofre muito. Essa coisa do roubo é por causa do valor...*

Maria Dulce. Porque as obras, às vezes, estão em Obras Raras e os mapas estão dentro. O ladrão arranca o mapa que está inserido na obra.

Agora, gostaria de explicar sobre a diferença de atlas e obras antigas que têm mapas. Uma obra que tem uma coletânea de mapas que são descritos na obra, trata-se de um atlas. Se um livro possui mapa como ilustração, principalmente quando se trata de roteiros de viajantes, e não descreve o mapa, não é atlas. O mapa dessa obra faz parte da cartografia, pois é um documento cartográfico, mas a obra não.

Entrevista realizada em dezembro de 2015, por José Luiz Macedo de Faria Santos e Vitor Manoel Marques da Fonseca